



**EDUCAÇÃO POLÍTICA, DEMOCRACIA E DEMANDA JOVEM: A VISÃO DE
ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO SOBRE A POLÍTICA**

**POLITICAL EDUCATION, DEMOCRACY AND YOUTH'S PERCEPTION: THE
VISION FROM HIGH SCHOOL STUDENTS ABOUT POLITIC**

**EDUCACIÓN POLÍTICA, DEMOCRACIA Y DE DEMANDA JUVENIL: LA VISIÓN
DE ESTUDIANTES DE LA ESCUELA SECUNDARIA SOBRE LA POLÍTICA**

Humberto Dantas*
Felipe Rivello da Silva**
Paulo Marcelo Rocha Garcia***
Ronival Silva Virgolino****

Resumo

A educação política tem desafiado princípios gerais da democracia e, principalmente, têm estado no centro das atenções de escolas do parlamento. A despeito das atividades desenvolvidas, parece bastante razoável partir de uma ideia inicial de que precisamos conhecer o que os jovens pensam sobre política, democracia, eleições e partidos. A partir de então refletiremos sobre ações voltadas a esse público nos parlamentos e na sociedade em geral. Partindo dessa ideia o objetivo desse trabalho é compreender, por meio de pesquisa quantitativa, comparando cidades, o que jovens do terceiro ano de ensino médio de um conjunto de escolas públicas de Belém-PA, Macapá-AP e São Paulo-SP pensam sobre política e como se relacionam com a temática. Parte-se da hipótese de que existe interesse desse público pela política e que os resultados não diferem entre as cidades.

Palavras-chave: educação política, letramento político, juventude, democracia.

Abstract

Political education has challenged general principles of democracy and, above all, has been at the center of parliamentary schools. Despite the activities, it seems quite reasonable to start with an initial idea that we need to know what young people think about politics, democracy, elections and parties. From then on we will reflect about actions aimed at this public in parliaments and in society in general. Based on this idea, the objective of this work is to understand, through quantitative research, comparing cities, which young people of the third year of high school in a set of public schools in Belém-PA, Macapá-AP and São Paulo-SP think about politics and how they relate to the theme. It is assumed that there is interest of this public by the policy and that the results do not differ between cities.

*Doutor em Ciência Política, pesquisador pós-doutorando em Administração Pública da FGV-SP e coordenador do curso de Ciência Política da FESP-SP e de Liderança e Gestão Pública do Singularidades-CLP. E-mail: hdantas@usp.br

**Formado em Gestão Pública pela UNINTER e Pós-graduado em Liderança Pública pelo Centro de Liderança Pública – CLP. E-mail: coordenacaomlg@clp.org.br

*** Advogado e Economista, graduado pela Universidade da Amazônia, com Pós em Direito Tributário pela FGV e em Liderança Pública pelo Centro de Liderança Pública – CLP. E-mail: coordenacaomlg@clp.org.br

**** Graduado em Ciências Contábeis na Faculdade Brasil Norte e Pós-graduado em Liderança Pública pelo Centro de Liderança Pública – CLP, E-mail: coordenacaomlg@clp.org.br

Keywords: political education, political literacy, youth, democracy.

Resumen

La educación política ha desafiado los principios generales de la democracia y, lo más importante, ha estado en el centro de atención de las escuelas del parlamento. A pesar de las actividades desarrolladas, parece bastante razonable partir de una idea inicial de que necesitamos saber qué piensan los jóvenes sobre política, democracia, elecciones y partidos. A partir de entonces, reflexionaremos sobre las acciones dirigidas a este público en los parlamentos y en la sociedad en general. En base a esta idea, el objetivo de este trabajo es comprender, a través de la investigación cuantitativa, comparando ciudades, qué piensan los jóvenes de tercer año de secundaria en un grupo de escuelas públicas en Belém-PA, Macapá-AP y São Paulo-SP y cómo se relacionan con el tema. Se supone que existe un interés de este público en la política y que los resultados no difieren entre las ciudades.

Palabras clave: educación política, alfabetización política, juventud, democracia.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos têm sido marcantes os esforços de escolas do parlamento para se firmarem como espaços para a educação política. A partir da seminal obra de Cosson (2008) e de volumes especiais das revistas *Cadernos Adenauer* de 2010 e 2016, e da *E-Legis* de 2011 é possível notar que legislativos espalhados pelo Brasil, nos diferentes níveis de governo, assim como pesquisadores e organizações dos distintos setores da sociedade, se envolvem em estudos e ações atrelados aos princípios gerais da educação política, letramento político e termos correlatos¹.

Adicionalmente a todos esses esforços, outra agenda relevante associada aos desafios de educar para o exercício da democracia está relacionada à tentativa de compreender, em que medida, jovens estudantes de escolas públicas desejam ter contato com conteúdos formais de política, e o que compreendem sobre temas como democracia, partidos políticos e parlamentos, por exemplo. Tal percepção é essencial, uma vez que esse público, advindo do ensino fundamental e/ou médio costuma estar no centro das atenções daqueles legislativos que possuem escolas ou programas educacionais e, a partir disso, desenvolvem ações como “parlamento jovem”, “curso de iniciação política”, “visitas monitoradas” etc. – para tanto, compreendendo a atuação de escolas do parlamento em diferentes desafios, ver Fuks e Casalecchi (2016); Cosson (2016); Silvestre, (2016); Nascimento, Silva e Seino (2016); Dantas e Schiavi (2015); Rocha e Vieira (2011); Rocha (2011); Kelles e Marques (2010).

A percepção acerca desse interesse e envolvimento dos jovens com a política pode ser captada em textos como os de Dantas e Caruso (2011); Forlini (2015); Nascimento, Silva e Dantas (2016), Dantas (2018; 2016) preocupados em observar o que estudantes pensam sobre a política a partir de atividades educativas; assim como Dantas e Estramanho (2015); Pedreira (2015); Mayumi e Pedreira (2016) sobre o que a juventude em geral percebe sobre terminologias, atitudes

¹ A discussão sobre os termos Educação Política, Letramento Político e correlatos foi realizada por Jardim (2018).

e valores associados à democracia e à participação política. Destaca-se que nesse primeiro bloco de estudos, especificamente associado ao que estudantes de escolas públicas percebem sobre a política, o foco central esteve no estado de São Paulo. Os trabalhos envolvendo Dantas se concentram na Região Metropolitana da capital, enquanto Forlini (2015) trabalha em Araraquara, cidade do interior paulista, assim como Nascimento, Silva e Dantas (2016) que olham para Araraquara e Suzano (Grande São Paulo).

Diante dessa restrição espacial, o objetivo do presente artigo é aplicar o questionário que Dantas utiliza em cursos livres de Iniciação Política nas periferias da Grande São Paulo, atividade iniciada em 2008 em parceria com a Assembleia Legislativa paulista² e a Fundação Konrad Adenauer do Brasil, em alunos de seis escolas públicas de ensino médio nas cidades de Belém, capital do Pará, e Macapá, capital do Amapá. A escolha se justifica, predominantemente, por questões associadas à ideia de que a distância geográfica e a diversidade cultural em relação a São Paulo poderiam surgir como variáveis capazes de alterar os resultados do objetivo de apreendermos a visão dos jovens sobre a política. Seria o estudante de escolas públicas de Macapá e de Belém cidadãos que enxergam aspectos básicos da política de forma diferente da sensação ofertada por estudantes de São Paulo em relação aos mesmos fenômenos e conceitos?

A despeito das distâncias e diferenças culturais, a hipótese central desse trabalho está atrelada a ideia de que não serão verificadas diferenças tão agudas entre tais realidades. Tal expectativa se alinharia às conclusões de Nascimento, Silva e Dantas (2016) que compararam percepções políticas de alunos de escolas públicas de Suzano, cidade da Grande São Paulo, e Araraquara, cidade da Região Central do interior paulista. Os autores não encontram diferenças tão expressivas na forma de os alunos perceberem aspectos da política, o que instiga a busca pelos resultados aqui apresentados. Ademais, estariam próximas das conclusões de Martins Jr. e Dantas (2004), que não encontraram diferenças regionais quando analisaram os resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e concluíram que o distanciamento do cidadão em relação à política independia de aspectos geográficos. Dito isso, para além dessa introdução, onde apontamos as hipóteses e justificativas para esse estudo, o trabalho contém um breve referencial teórico das discussões sobre a relevância da educação política, seguido pela análise dos resultados encontrados nas escolas das duas cidades da Região Norte, comparados com São Paulo, e por fim as conclusões.

Aspectos teóricos

Compreender como o cidadão se relaciona com a política é imprescindível para o verdadeiro exercício de cidadania. “A participação cidadã permite que os indivíduos conheçam os assuntos da comunidade que ficariam reservados às autoridades públicas eleitas e aos gestores

² A atividade existe até hoje, mas a escola do parlamento da Assembleia Legislativa deixou de ser parceira das ações.

profissionais do município” (SISK, *et al*, 2015, p. 25).

Bobbio (1986) entendia que a “educação política” fazia parte de um conjunto de promessas não cumpridas da Democracia. A popularização do voto e a lógica da universalidade do sufrágio afastaram a discussão sobre o preparo específico dos cidadãos para o cumprimento de uma agenda democrática. O que alguns educadores convencionaram chamar de letramento político, conforme nos mostra Cosson (2010), representa: “o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia” e “aquele que se processa no contexto da política, ou seja, a habilidade de interagir politicamente”.

Crick (2002) compreende a expressão “letramento político” como sendo: “não apenas o conhecimento das instituições e ideias políticas e sociais, mas também as habilidades, os valores e atitudes que são necessárias para a prática da boa cidadania na vida adulta”. Assim, todo letramento político deve ser norteado por valores ou atitudes que sustentam e favorecem a vida democrática, tais como tolerância, diversidade nas relações sociais, interdependência, igualdade, equidade e liberdade. O grande benefício do letramento político na escola é proporcionar o empoderamento dos alunos “para participar efetivamente na sociedade como cidadãos ativos, informados, críticos e responsáveis” (QUALIFICATIONS AND CURRICULUM AUTHORITY, 1998).

Segundo Dantas (2016) ações pontuais e específicas de educação política não geram aumento imediato da confiança dos jovens cidadãos nas instituições políticas típicas, mas ao menos os fazem perceber a importância da informação e do conhecimento específico sobre política como elemento indispensável na qualificação do voto, sinônimo de exercício da cidadania nas democracias representativas.

Diante de tal desafio, estudo realizado por Niemi e Junn (1999) demonstra que a educação cívica formal nas escolas, centrada na Constituição e no funcionamento do governo, tem impacto no conhecimento político dos alunos. Segundo os autores, os estudantes adquirem conteúdos, por exemplo, sobre direitos dos cidadãos e acerca das funções dos governos local e estadual, ainda que apresentem resultados pouco significativos em teoria política e partidos políticos.

Ainda, reiterando tal necessidade basilar da educação política, Saviani (1995, p. 66) reafirma a imprescindibilidade de priorização, especificamente nos currículos escolares, de conteúdos “significativos”, como é o da educação política, da qual trata em sua obra, e também traz outra justificativa para a inserção dos conteúdos políticos nas escolas:

Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são necessários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas (SAVIANI, 2007, p. 61).

É de se considerar também que a educação política *strictu sensu*, sendo lecionada e praticada nas escolas, deve atentar para princípios críticos, problematizadores, de autonomia, e voltados para a prática da liberdade, deixando qualquer caráter autoritário e com fins doutrinários e de domesticação de lado. Só assim a educação política deverá ser exercida plenamente e auxiliará na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de um projeto político transformador (DANTAS, 2017). Só assim poderemos aprofundar cada vez mais nossos valores democráticos e caminhar no sentido de um sistema político e de uma sociedade mais equânime (PELLANDA, 2016). A formação política se revelaria, assim, ferramenta de emancipação e autonomia do cidadão que deseja compreender a sociedade e perceber-se como agente constituidor e transformador de realidades.

De acordo com Rezende (2010), no Brasil a educação cívica ou política na formação escolar assumiu status ambivalente e mesmo secundário. Na história da educação nacional, durante o século XX e início do século XXI, observou-se a descontinuidade de iniciativas para estabelecer disciplinas e espaços específicos na grade curricular para tratar do tema, sendo que tais políticas na maior parte das vezes ocorreram em contextos autoritários, associando o pretense estudo da política nas escolas à doutrinação. Ainda segundo o autor, a questão cívica ou política formal é precariamente estudada e discutida por especialistas, formuladores de políticas educacionais e pela sociedade em geral. A despeito de tal ponto, o formato desse conteúdo pode variar em termos da compreensão ofertada pelo educador. Estramano (2016), por exemplo, entende que não existe a necessidade clara de existir uma disciplina formal, e o mesmo caminho para tais conteúdos tem sido ofertado sob a lógica da transversalidade de documentos oficiais desde os anos 90 do século passado. A volta da Sociologia e da Filosofia para as escolas em 2008, no entanto, representaria um novo olhar, mas não é objetivo desse estudo se aprofundar nessa temática.

Ainda assim, uma parcela expressiva dos estudantes brasileiros é formada sem conteúdos políticos nas escolas, onde a sua grande maioria não sabe distinguir os papéis desempenhados por cada um dos três poderes e características do sistema eleitoral. Rocha e Vieira (2011) apontam que “o letramento político com ações coordenadas, sobretudo aquelas que fazem da escola e dos professores parceiros fundamentais para envolver os jovens estudantes, sejam uma interessante oportunidade para levar para a sala de aula a temática das instituições políticas e do parlamento”.

Desta forma, a escola deve assumir papéis que conduzam o aluno a desenvolver o senso crítico, estimulando-o a questionar os fatos para tomar suas próprias decisões. “A filosofia política associa a democracia a duas questões essenciais: participação e educação”, explica DANTAS (2010). Assim, coloca-se a questão sobre se a educação teria essa função de educar para a cidadania, para a vida em sociedade.

Segundo Kahne e Westheimer (2003) o ensino da democracia ainda é considerado uma questão de segunda ordem para as escolas e governos que lhes reservam porcentagens ínfimas no orçamento e praticamente ignoram o tema nos testes oficiais de competência intelectual. Sendo assim, apesar do discurso sobre a importância da educação para sustentar e fortalecer a democracia, a maioria das escolas assume o tema apenas como um discurso, ou seja, um ato retórico, sem sustentação e sem necessidade de prática.

Tais aspectos reforçam a ideia do valor de se captar a percepção dos jovens sobre a política como algo capaz de dimensionar o desafio de se educar politicamente. Dantas (2016) traçou um perfil de estudantes de ensino médio da Grande São Paulo captando percepções positivas acerca dos papéis desses agentes como cidadãos, bem como da percepção do conceito de democracia e das eleições. Existem mais estudos direcionados a demonstrar que, longe de serem cínicos ou apáticos, os jovens podem até não se interessar pelo sistema político formal, mas se engajam nas questões sociais que lhes dizem respeito, como as relações de gênero, etnicidade e classe, assim como se ressentem da ausência de autonomia e exclusão do mundo político formal (O'TOOLE; MARSH; JONES, 2003).

Assim, conhecer esse universo acerca das percepções dos jovens sobre a política é tarefa necessária e importante para o conhecimento sobre os rumos da democracia e seus valores no Brasil. E a partir de tais percepções passamos ao desafio de comparar resultados da pesquisa feita por Dantas (2016) em São Paulo com a percepção dos jovens das duas capitais selecionadas na Região Norte.

RESULTADOS E ANÁLISES

Ao longo de 2016 foram colhidos os questionários em São Paulo, e em setembro de 2016 foram aplicados os formulários nas capitais da região Norte do país. Diante disso, pretende-se entender algo sobre o relacionamento desses jovens com a democracia e com a política por meio de um formulário bastante simples. Importante destacar que o presente trabalho não se ancora em uma amostra científica, mas caracteriza-se como um exercício com jovens para a realização de diagnóstico que permita comparar resultados colhidos por Dantas (2016) em São Paulo com as percepções de estudantes de duas capitais da Região Norte do país.

A aplicação dos questionários foi realizada em três escolas estaduais de ensino médio da periferia de Belém do Pará e em três escolas estaduais de ensino médio da periferia de Macapá. O endereçamento da interação contemplou as turmas de terceiro ano médio regular das escolas José Alves Maia, Dr. Justo Chermont e Waldemar Henrique em Belém do Pará, e as escolas Alexandre Vaz Tavares, Raimunda Virgolino e Nilton Balieiro em Macapá. Em cada uma delas foram escolhidas aleatoriamente quatro turmas, sendo duas turmas no período diurno e duas no noturno, totalizando doze salas em cada cidade. O resultado é a planificação de 511 questionários, sendo 272 em Belém e 239 em Macapá, buscando observar o interesse e o nível de entendimento

destes jovens sobre aspectos da política e da democracia.

Em São Paulo, os jovens de terceiro ano foram pesquisados em escolas estaduais da capital, sendo elas: Renato Braga (zona sul) e João Solimeo (zona norte). Ademais, foram ouvidos alunos dessa mesma etapa de formação inseridos em projetos sociais destinados a jovens de escolas públicas, com destaque para: a Fundação Julita (zona sul), o Instituto Eurofarma (zona sul), o Projeto Redigir-USP (zona oeste), o Instituto IOS (zona norte), o Crescer Sempre (zona sul), a Liga Solidária (zona oeste) e o CEU-Navegantes (projeto especial) na zona sul.

Os questionários, estruturados de forma idêntica, começam por uma caracterização mínima dos respondentes. A primeira pergunta se refere ao gênero. Os resultados mostram que as mulheres são mais numerosas em relação aos homens, tanto em Belém (54,4%) quanto em Macapá (62,3%). São Paulo teve resultado mais próximo da capital amapaense: 62,2% de mulheres. Estes percentuais estão alinhados com pesquisas recentes do IBGE³ que ressaltam as transformações em relação ao aumento do nível educacional das mulheres em relação aos homens. Entre 2000 e 2010: “Do total de aproximadamente 4,9 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam o ensino médio, observa-se uma proporção maior de mulheres (54,7%) se comparada com a de homens (45,3%)”.

A segunda pergunta do questionário se referia à idade. Os resultados indicam grande distância em relação ao ideal do Ministério da Educação de que os jovens entre 15 e 18 anos têm que estar frequentando essa etapa da educação formal. A realidade das cidades de Belém e Macapá, no que diz respeito ao terceiro ano do ensino médio, revela uma expressiva variação etária, representada por jovens de 15 anos até idosos de 65 anos que buscam a escola regular para a conclusão de seus estudos. Na Região Norte, 50% dos participantes informaram que tinham mais de 18 anos de idade. Outra questão que se evidencia no público pesquisado é que jovens entre 16 a 17 anos que podem exercer o direito ao voto de forma facultativa representam 36,8% em Belém, 37,2% em Macapá e 66,6% em São Paulo. Na capital paulista, a questão etária apontou média de idade em 19 anos, com intervalo entre os 16 e mais de 50 anos de idade, mas um percentual mais expressivo de jovens com a idade esperada para a sala de aula do terceiro ano do ensino médio.

Feita a caracterização mínima dos entrevistados, a terceira questão do questionário tratava das fontes que o alunado utiliza para obter informações sobre a situação política do país ou de sua cidade. Para os fins do debate sobre democracia essa questão é essencial, uma vez que “fontes alternativas de informação” são aspectos considerados primordiais ao funcionamento da democracia (DAHL, 2001).

Nesta questão o estudante podia marcar quantas alternativas oferecidas no formulário fossem condizentes com sua realidade, tais como: TV, rádio, revistas, jornais impressos, cursos e

³ Retirado de <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/11/escolaridade-das-mulheres-aumenta-em-relacao-aos-homens>, em 03/10/2016

palestras, escola, sites de internet, eventos públicos, conversas com amigos e familiares, e redes sociais.

Na Tabela 1, nota-se que a TV é a maior fonte de informação sobre fatos da política para os estudantes, com mais de 80% de penetração em todos os locais pesquisados, e ênfase levemente superior na Região Norte. Importante lembrar, nesse caso, que segundo pesquisa feita pelo IBGE⁴ em 2015, 97,3% dos domicílios do país possuíam televisão. Outro relevante destaque, mostrado por Dantas (2018), aponta que em São Paulo, entre jovens de 15 a 18 anos de escolas públicas, a força da TV diminuiu como canal de informação política entre 2015, quando tinha mais de 92%, e 2018, quando registrou 82%.

Tabela 1 – Fontes de informação para atualização política utilizadas pelos estudantes

Meio de comunicação	Belém	Macapá	São Paulo	Média
TV	90,07	92,05	83,15	88,42
Redes sociais	48,90	56,07	59,51	54,83
Sites na internet	43,38	45,61	55,16	48,05
Conversas e discursos	33,46	35,15	38,04	35,55
Escola	26,47	20,92	43,75	30,38
Rádio	22,43	22,18	18,21	20,94
Jornais impressos	26,47	7,95	18,75	17,72
Cursos e palestras	6,99	5,86	18,21	10,35
Revistas	7,72	5,86	14,40	9,33
Eventos públicos	6,99	11,30	3,80	7,36
Média	31,29	30,30	35,30	

Fonte: coleta dos autores.

Para além da TV, importante salientar que os outros três canais mais relevantes encontram relativo equilíbrio entre as cidades. Dois deles mostram a força do universo virtual, caracterizado pelas redes sociais e pelos sites. Nesse caso, é necessário lembrar que o número de usuários nacionais da internet, entre 15 e 32 anos de idade, segundo pesquisa da unidade de negócios online do IBOPE Inteligência, era de 96% de brasileiros que afirmavam usar a internet todos os dias⁵. O que nos parece aqui é que parte dos jovens estudantes não reconhece ou desconsidera a internet, ou mesmo as redes sociais, como meio de se inteirar sobre política. A despeito de tal observação, Dantas (2018) mostra que a percepção sobre o uso de tais canais é anualmente crescente entre 2013 e 2018, quando entre estudantes paulistas de 15 a 18 anos os sites saltam de 49% para 57%, e as redes sociais de 53% para 62% no período. Também relevante destacar a possibilidade de

⁴ Retirado de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150429_divulgacao_pnad_ibge_lgb em 03/10/2016

⁵ Retirado de <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/pesquisa-mostra-que-96-dos-jovens-usam-a-internet-todos-os-dias> em 02/10/2016

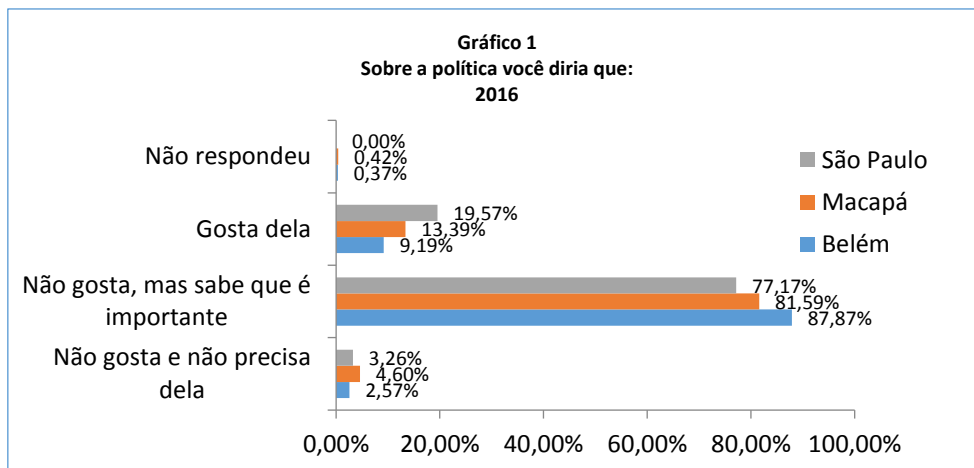
uma avaliação do percentual de educandos que marcou ao menos uma das duas alternativas ligadas ao ambiente virtual - redes sociais e sites na internet – com o intuito de aferirmos o potencial desse universo na busca por informações. Em São Paulo, o indicador vai a 77%, se aproximando muito da televisão. Em Macapá atinge 68% e em Belém 59%.

De acordo com a Tabela 1, as conversas vêm em seguida, mas é relevante destacar que os estudantes de São Paulo dão mais ênfase à Escola como fonte de informação política, algo muito superior ao percentual encontrado nas cidades nortistas.

Para além dos meios destacados para a obtenção de informação, os itens alinhados a seguir na tabela mostram diferenças mais agudas entre as cidades que podem estar associadas a características locais ou especificidades das escolas e jovens que participaram da pesquisa. Apesar de tais dessemelhanças, nas três cidades as médias de utilização dos canais oferecidos se estabelecem em patamares superiores aos 30 pontos percentuais, resultados semelhantes àqueles obtidos por Dantas (2018) ao longo do período 2016 a 2018.

Nas questões seguintes, o objetivo era compreender como os jovens pensam política, se veem inseridos nela e se relacionam com os partidos. Os resultados mostram aspectos desafiadores da democracia representativa, associados, sobretudo ao descaso, descrédito e afastamento, por mais que exista um reconhecimento acerca da relevância da política na realidade.

Gráfico 1: Sobre a política você diria que



Fonte: Coleta dos autores

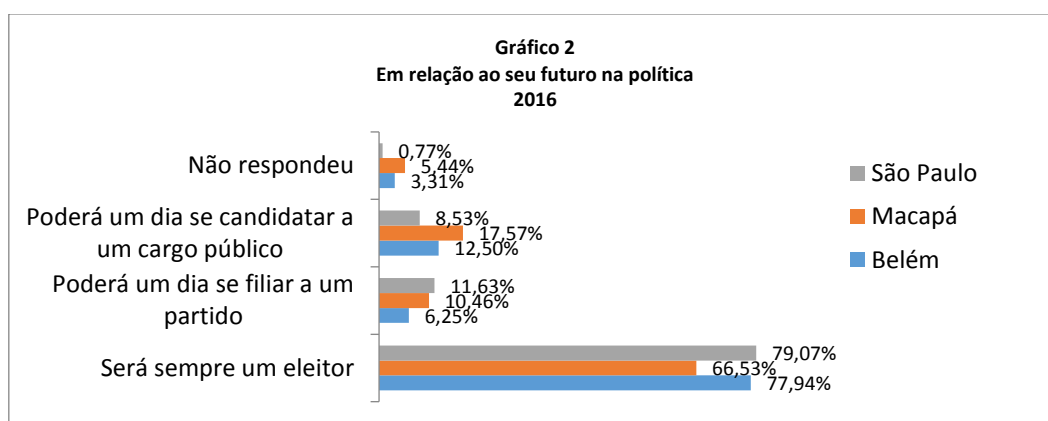
No Gráfico 1 o objetivo era compreender se os estudantes gostavam de política, não gostavam mas a entendiam como importante, ou não gostavam e a entendiam como desnecessária. Essa última opção conta com índices muito baixos de adesão nas três cidades pesquisadas, o que reforça o importante reconhecimento acerca da relevância da política na realidade do jovem, como indicou Pedreira (2015). A principal diferença entre as cidades fica por conta do gosto pela política *versus* a percepção de que a despeito do desgosto ela tem relevância. Em São Paulo, quase 20% afirmam gostar de política, enquanto no Pará esse total é inferior a 10%. Estariam os respondentes paulistas impactados pelo fato de estarem começando um curso que trataria o tema? Mesmo que os questionários sejam respondidos antes das atividades? No caso das capitais do Norte o preenchimento se deu em um dia comum de aula, sem qualquer preparação prévia ou comunicado extraordinário. A despeito de tal fato destaca-se a percepção de que a política é considerada relevante por imensos contingentes em todos os locais pesquisados. O desafio, nesses casos, está atrelado às reflexões de Dantas e Estramano (2015), que apontam que o posicionamento crítico de jovens paulistanos sobre a política precisa se converter em um conjunto de ações mais incisivo para a construção de realidades.

O Gráfico 2, por sua vez, nos oferta as perspectivas dos jovens entrevistados sobre seus respectivos papéis na democracia representativa. A imensa maioria deles, nas três cidades, entende que será sempre um eleitor, algo que varia entre dois terços no Amapá e quase 80% em São Paulo e no Pará. Entretanto, alguns consideram a possibilidade de filiação partidária e até mesmo candidaturas. Claro que entre a vontade expressa numa pesquisa e a real ação existem diferenças significativas, mas é possível apontar que mesmo diante da descrença e da posição até mesmo descompromissada perante uma simples pergunta, parcelas dos jovens se enxergam mais próximos da política do que indicam em seus gostos. Ou seja: enquanto quase 20% dos paulistanos afirmam gostar de política (Gráfico 1), o mesmo percentual faz tal afirmação em

relação a se filiar ou ser candidatos. Mas em Belém o gosto pela política atinge 9%, enquanto a possibilidade de filiação e candidatura somam 19%. Em Macapá essa lógica está em 13% de gosto contra 28% de possível envolvimento. Dois discursos meramente hipotéticos poderiam concorrer (ou se complementarem) para explicar tal fenômeno: enxergar a política como meio de sobrevivência, a despeito do (des)gosto, e/ou perceber que mesmo que seja algo negativo, e importante, a solução estaria em participar de forma mais ativa. Explorar tais expectativas mais a fundo seria uma boa forma de entender o que o jovem espera da política e como se percebe na lógica formal de representação em pesquisas futuras.

Para adensar tal análise é relevante considerar que em outubro de 2018 o Brasil tinha pouco menos de 150 milhões de eleitores e o registro de 16,8 milhões de filiados a partidos. Desse total, pouco mais de 45 mil, ou 0,27%, tinham entre 16 e 20 anos. Em relação ao Censo mais recente do país, de 2010, o total de jovens de 15 a 19 anos era de pouco menos de 17 milhões, ou seja, a filiação não é algo que ocupe o cotidiano dos cidadãos mais jovens – sobre a relação dos jovens com a vida partidária, é relevante a pesquisa de Brenner (2010).

Gráfico 2: Em relação ao seu futuro na política

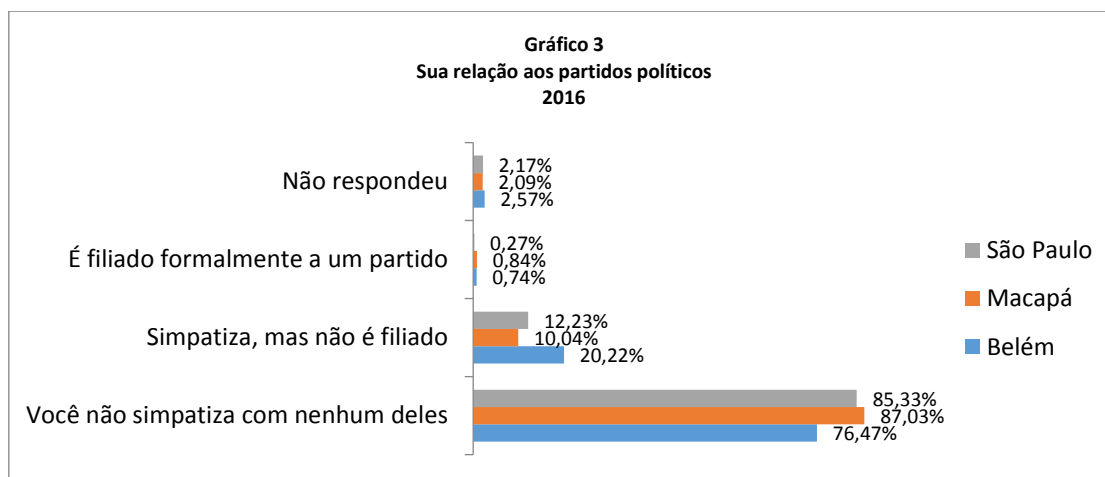


Fonte: Coleta dos autores

Buscando adensar a compreensão acerca da relação dos estudantes com os partidos políticos, o Gráfico 3 busca captar se os respondentes eram formalmente filiados a uma legenda, se guardavam simpatia por alguma delas ou se não simpatizavam com nenhuma agremiação dessa natureza. Os resultados mostram menos de 1% filiados nas três cidades, reforçando os dados acima apontados. Assim, os demais se dividem, a despeito daqueles que não responderam essa pergunta, entre simpatizantes e cidadãos afastados desse tipo de organização. Belém tem mais de 20% de simpatizantes, enquanto Macapá registra a metade desse percentual. Isso se reflete entre aqueles que afirmam não ter proximidade com qualquer legenda, e enquanto os amapaenses têm mais de 87%, os paraenses registram pouco mais de três quartos nessa condição. Em termos históricos, desde 2013 até 2018, Dantas (2018) mostra que a antipatia de estudantes paulistanos

entre 15 e 18 anos aos partidos variava entre 75% e 70%, respectivamente, entre 2013 e 2014, e subiu para algo entre 88% e 84% no período de 2015 a 2018, atingindo pico de 89% em 2017. Tais resultados de afastamento estariam atrelados ao que Dantas (2016) chamaria de “falta de capacidade de entender e decodificar desejos, e acentuação de conflitos e distâncias”, que caracteriza a visão de jovens sobre a política formal representativa e a atuação dos partidos – o fato é corroborado por Pedreira (2015).

Gráfico 3: Sua relação aos partidos políticos



Fonte: Coleta dos autores

Reforçando tais percepções, destaca-se o que se pode chamar de uma desconexão generalizada entre políticos e cidadãos. Mais do que isso, se depreende que apesar das democracias serem feitas por meio de uma “crença essencial que o indivíduo coloca nos outros para buscar de maneira justa os assuntos comuns a todos os indivíduos”, como observa Bengt Sãve-Söderbergh (2001), no caso em tela o que se percebe é o contrário, um completo afastamento do que é ser realmente político em termos mais formais.

A penúltima pergunta do questionário se refere à Câmara Municipal e o que ela deve fazer na realidade política local. Importante destacar tal aspecto, sobretudo quando o assunto passa pela responsabilidade que os parlamentos têm assumido no Brasil de adensarem o nível de politização da sociedade por meio de escolas e projetos educacionais que buscam reforçar a democracia. Parte das alternativas oferecidas para resposta no formulário envolvem obrigações constitucionais dos legislativos, mas o formulário também provocava o respondente sobre aspectos mais culturais, conforme mostram as opções apontadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Percepção dos jovens sobre “o que deve fazer uma Câmara Municipal”

Alternativas apresentadas	Belém	Macapá	São Paulo
Leis para a cidade?	68,01%	68,62%	70,65%
Eventos festivos?	11,40%	9,62%	7,61%
Fiscalizar as contas da Prefeitura?	60,29%	71,97%	49,73%
Defender interesses de empresas?	7,72%	8,37%	8,15%
Favores pro cidadão (emprego, dinheiro etc.)?	57,35%	52,30%	40,22%
Não sei o que faz uma Câmara	9,19%	9,62%	11,41%

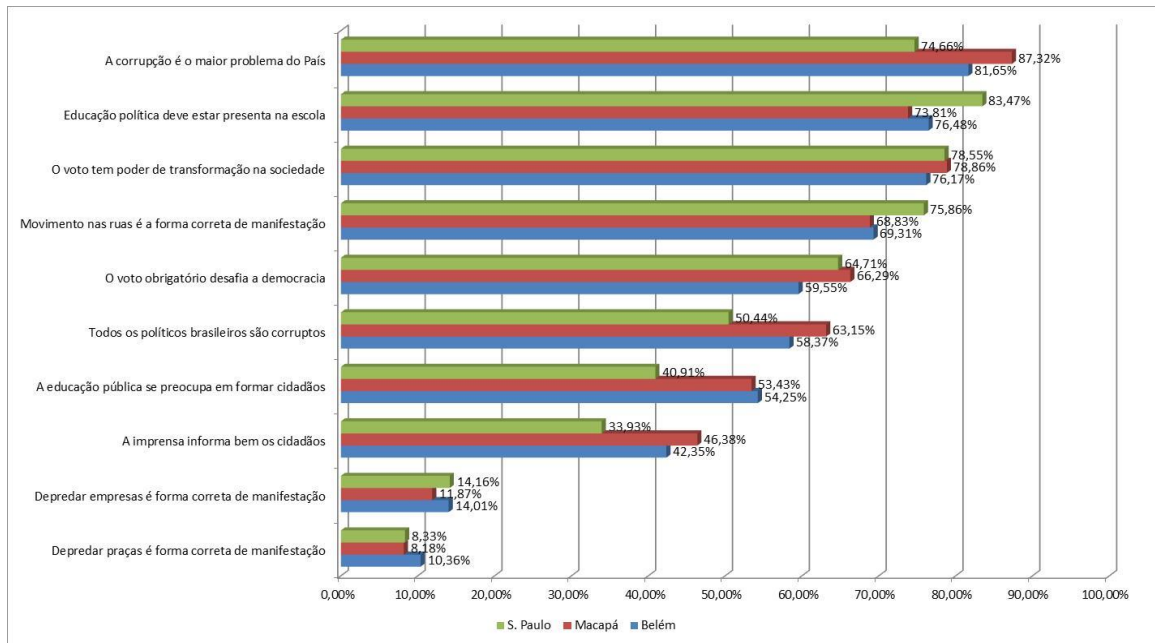
Fonte: Coleta dos autores

Em todas as cidades analisadas boa parte dos alunos demonstraram que sabem o que a Câmara Municipal deve fazer em termos formais. A responsabilidade dos vereadores em fazer leis é apontada por 68% dos alunos de Belém, 69% em Macapá e 71% em São Paulo. Os parlamentares, sob a ótica dos estudantes, também devem fiscalizar as contas da Prefeitura segundo 60% dos alunos de Belém, 72% dos alunos de Macapá e 50% em São Paulo – a capital paulista aqui demonstra resultado preocupante. Curioso notar que no caso amapaense, a função fiscalizadora supera a lógica legisladora, algo raro no senso comum. Também é equilibrado, entre as três realidades, o índice de jovens que dizem não saber o que faz uma Câmara Municipal, variando entre 9% em Belém e 11% em São Paulo.

Quando o formulário escapa das obrigações constitucionais mais formais, a realização de eventos festivos – muitas vezes chamados de Sessões Solenes – atinge percentuais baixos, mesmo resultado obtido para a percepção de que o parlamento local defende interesses de empresas. No entanto, quando perguntados sobre a Câmara Municipal oferecer favores à população (emprego, dinheiro etc.) partes expressivas dos alunos concordam com essa prática de característica clientelista: 57% em Belém, 52% em Macapá e 40% em São Paulo. Tal ponto se aproxima muito de resultados de pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros realizada em 2008 que mostrava postura clientelista de mais de 1.500 brasileiros entrevistados pelo Vox Populi quando provocados em relação às funções dos vereadores.

A última questão do formulário apresentava ao entrevistado um conjunto de sentenças em que ele deveria indicar se concordava totalmente, concordava em partes, discordava em partes ou discordava totalmente. Os resultados estão apresentados no Gráfico 4, convertidos em um índice de concordância em que as respostas são quantificadas e transformadas em percentuais. Quanto mais próximo de 100%, maior a concordância plena, seguindo método utilizado por Dantas (2016).

Gráfico 4 - Grau de concordância dos alunos sobre sentenças gerais de política



Fonte: Coleta dos autores

As respostas seguem padrões relativamente semelhantes entre as cidades. Especificamente existem graus distintos de intensidades em matéria de concordância, mas não parece ser possível dizer que há inversão de graus de percepção entre as localidades diante das sentenças. Aqui é possível dividir a análise em pontos positivos e negativos.

Positivamente existe alta percepção de que a corrupção é um grande problema no país. O primeiro passo para se resolver algo dessa natureza é reconhecendo o problema, e isso parece possível de ser percebido – em Macapá o fenômeno é mais sentido.

Outro ponto importante é o apreço, ao menos em termos de posicionamento, sobre a demanda de educação política nas escolas – algo que outras pesquisas já apontaram (DANTAS, 2016; PEDREIRA, 2015). Aqui o destaque maior é São Paulo, mas nas cidades do Norte a concordância supera 70 pontos. O poder de transformação do voto e a legitimidade dos manifestos de rua também se destacam positivamente, e tais aspectos conectam fortemente os estudantes a valores basilares da democracia: a escolha de representantes e a liberdade de manifestação. Dois outros pontos consideravelmente benéficos estão associados aos baixos índices de concordância com gestos de depredação dos patrimônios público e privado. Claro que variando entre 8% e 14% a posição pode preocupar, mas o grau é baixo.

Como aspectos negativos e preocupantes, se destaca o fato de que aparentemente a imprensa não informa bem os cidadãos – sendo que em São Paulo o sentimento é mais agudo. Outro ponto está associado ao fato de que é intermediária a posição sobre todos os políticos serem corruptos. Isso representa que os jovens concordam/discordam em partes, o que poderia indicar que existem aqueles que são honestos. Se isso for verdadeiro o resultado também pode ser visto

como positivo. Relativizar também seria possível no debate sobre o voto obrigatório desafiar a democracia, debate vivo entre os jovens que não parecem gostar do caráter compulsório de comparecimento às urnas - a discussão aqui mereceria aprofundamento maior.

Por fim, os alunos entendem que a escola pública – local onde estudam e vivem - não forma o cidadão, o que reforça de maneira preocupante a crítica sobre a ausência de educação política e percepções sobre a democracia e a cidadania. A distância entre essa sentença e aquela que busca compreender se os estudantes entendem que a política deve ser ensinada nas escolas parece ilustrar um relevante sentimento crítico. Em São Paulo, por exemplo, enquanto a percepção de que a educação pública forma o cidadão está em 41 pontos, aquela que trata da necessidade de haver educação política na escola vai a 83%.

CONCLUSÃO

Os resultados das pesquisas realizadas na periferia das cidades de Belém e Macapá, utilizando o questionário de Dantas (2016) nas periferias de São Paulo, revelam aspectos interessantes acerca da posição dos jovens da escola pública sobre política.

Ficou evidente que a hipótese central do trabalho, a despeito de diferenças pontuais que podem ser explicadas à luz de realidades específicas, foi verificada. Os estudantes de ensino médio, em geral, e a despeito do local pesquisado aqui, têm percepções semelhantes em relação à política. Mesclam o afastamento bastante presente no senso comum, e na sociedade em geral, com crenças mais consolidadas em torno de instrumentos essenciais da democracia. Concordam que devem participar mais, que precisam se aproximar, mas parecem carecer daquilo com o que concordam: a educação política deve estar presente nas escolas, servindo de instrumento para uma aproximação à política. O resultado atingido nesse estudo se assemelha às hipóteses de Nascimento, Silva e Dantas (2016) que compararam resultados dos questionários de ações de educação política em Suzano, grande São Paulo, e Araraquara, interior paulista. Quando os autores apontam que interior e capital não parecem tão distantes em relação à percepção dos jovens sobre a política, parece possível afirmar que regiões bastante distantes – a maior capital do Sudeste, e do país, e duas capitais do Norte – também não indicaram distâncias agudas.

Diante de tais aspectos, seria possível afirmar a necessidade de termos uma ação mais clara em relação à compreensão de política nas escolas? O país parece dividido em relação a essa temática. E o tema tem merecido atenção de um debate expressivamente polarizado, que finda se fragilizando em radicalismos, como nos adverte Pellanda (2016).

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: Uma defesa das regras do jogo. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRENNER, Ana Karina. O tempo-espaço da escola e as possibilidades de engajamento político. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 25-36, jan./jun. 2010.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escola de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008. (Série colóquios de excelência, 1);

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 25-36, 2010.

COSSON, Rildo. O Estágio-Visita como Educação para a Democracia. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 165-180, 2016.

CRICK, Bernard. Education for citizenship: the citizenship order. **Parliamentary Affairs**, n. 55, v. 3, p. 488-504, 2002.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Unb, 2001.

DANTAS, Humberto. **Democracia direta, representativa e participativa**. São Paulo: Oficina Municipal, 2016. p. 35-53. (Série Cidadania e Política, 1).

DANTAS, Humberto. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015 em ações da Fundação Konrad Adenauer. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2016.

DANTAS, Humberto. **Educação Política**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2017.

DANTAS, Humberto. **O jovem e a educação política**: ampliar as atividades em ano de tensão Política. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, dez. 2018. (Série Brasil em Foco).

DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinicius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. **E-Legis**, Brasília, v. 4, n. 7, 2011.

DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano 16, v 1, 2015.

DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2015.

DANTAS, Humberto; SCHIAVI, Iara. O ILP e a educação política: percepções com base em atividades de formação. **Revista do ILP**, São Paulo, ano 1, n. 1, 2015.

ESTRAMANHO, Rodrigo. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2016.

FORLINI, Danilo. **Construindo caminhos para a educação política**: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade estadual Paulista, Araraquara, 2015.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel. Formando cidadãos democráticos. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2016.

JARDIM, Luiza. **O conceito de educação política no Brasil e o que as experiências revelam sobre o processo-aprendizagem**. 2018. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

KAHNE, Joseph; WESTHEIMER, Joel. Teaching democracy: what schools need to do. **Phi Delta Kappan**, Arlington, v. 85, n.1, p. 34-66, set. 2003.

KELLES, Eugênia; MARQUES, Maria Elizabeth. Parlamento Jovem: uma experiência inovadora em Minas. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v.11, n. 3, 2010.

MARTINS JR, José Paulo; DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. **Opinião pública**, Campinas, v.10, .n. 2, p. 268-287, 2004.

MAYUMI, Carla; PEDREIRA, Beatriz. Educação política na prática: usando empatia e vivência como aprendizado. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2016.

NASCIMENTO, Alessandra; SILVA, Bruno; DANTAS, Humberto. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 151-176, 2016.

NASCIMENTO, Alessandra; SILVA, Bruno; SEINO, Eduardo. Educação para a cidadania. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2016. (Fundação Konrad Adenauer).

NIEMI, Richard G.; JUNN, Jane. Que tipo de conhecimento é necessário para fortalecer a cidadania nos Estados Unidos da América? *In*: ALBALA-BERTRAND, J. M. (org.). **Cidadania e educação**: rumo a uma prática significativa. Campinas: Papyrus; Brasília: Unesco, 1999.

O'TOOLE, Therese; MARSH, David; JONES, Su. Political literacy cuts both ways: the politics of non-participation among young people. **The political quarterly**, v. 74, n. 3, p. 349-360, 2003.

PEDREIRA, Beatriz. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2015. (Fundação Konrad Adenauer).

PELLANDA, Andressa. Potencialidades e limitações da educação política no currículo escolar brasileiro: um resgate histórico e uma análise de contexto. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano 17, 2016.

QUALIFICATIONS AND CURRICULUM AUTHORITY. **Education for citizenship and the teaching of democracy in schools (The Crick Report)**: Final report of the Advisory Group on Citizenship. London: QCA, 1998. Disponível em: <https://dera.ioe.ac.uk/4385/1/crickreport1998.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

REZENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 11, n. 3, 2010. (Educação Política: reflexões e práticas democráticas).

ROCHA, Hérycka. Educação para a democracia: a Câmara dos Deputados no centro da questão. **E-Legis**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 73-96, 2011.

ROCHA, Marta M. da; VIEIRA, Renata dos S. O legislativo vai à escola: as instituições políticas e o poder legislativo no âmbito da educação regular. **E-Legis**, v. 4, n. 7, p. 95-114, 2011.

SAVE-SODERBERGH, Bengt. Democracy, a Changed World and Poverty Eradication. **International IDEA News**, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 30. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SILVESTRE, Melissa. Das ideias à concretude. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2016. (Fundação Konrad Adenauer).

SISK, Timothy *et al.* Improving Governance for the Post-2015: Sustainable Development Goals: Scenario Forecasting the Next 50years. **World Development**, v. 70, p. 286-302, 2015.

Artigo recebido em: 2019-04-02

Reapresentado em: 2019-05-15

Aceito em para publicação em: 2019-05-30